Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	55
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	57
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	58
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	53.096.770
Preferenciais	0
Total	53.096.770
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	4.819.561	4.073.042
1.01	Ativo Circulante	1.928.900	1.324.782
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	805.889	237.019
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	100.105
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	100.105
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	0	100.105
1.01.03	Contas a Receber	694.414	766.152
1.01.03.01	Clientes	694.414	766.152
1.01.04	Estoques	4.318	3.918
1.01.06	Tributos a Recuperar	49.738	26.143
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	49.738	26.143
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	17.759	1.300
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	31.979	24.843
1.01.07	Despesas Antecipadas	11.117	11.378
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	363.424	180.067
1.01.08.03	Outros	363.424	180.067
1.01.08.03.01	Outros Ativos	81.808	81.465
1.01.08.03.02	Derivativos	220.074	54.291
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro Setorial	61.542	44.311
1.02	Ativo Não Circulante	2.890.661	2.748.260
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.975.993	1.829.871
1.02.01.04	Contas a Receber	18.671	20.840
1.02.01.04.01	Clientes	18.671	20.840
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	82.240
1.02.01.07.02	Créditos Fiscais Diferidos	0	82.240
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	335	770
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.956.987	1.726.021
1.02.01.10.03	Derivativos	214.947	86.166
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	201.147	199.932
1.02.01.10.05	Outros tributos a compensar	22.984	24.319
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro da Concessão	1.517.231	1.414.926
1.02.01.10.07	Outros Ativos	678	678
1.02.04	Intangível	914.668	918.389
1.02.04.01	Intangíveis	914.668	918.389
1.02.04.01.02	Ativo Contratual	136.782	108.202
1.02.04.01.03	Intangível	777.886	810.187

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	4.819.561	4.073.042
2.01	Passivo Circulante	1.936.563	1.383.460
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.983	16.507
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	23.983	16.507
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	23.983	16.507
2.01.02	Fornecedores	502.100	559.469
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	502.100	559.469
2.01.03	Obrigações Fiscais	187.199	150.224
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	77.234	37.430
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	1.567
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social PIS	12.632	4.321
2.01.03.01.03	Contrib p/Financ da Seguridade Social	58.461	19.993
2.01.03.01.04	Outras Obrigações Federais	6.141	5.328
2.01.03.01.05	IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio	0	6.221
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	109.580	112.216
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	109.580	112.216
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	385	578
2.01.03.03.01	Outras Obrigações Municipais	385	578
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	757.074	387.613
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	590.739	334.332
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	29.328	59.014
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	561.411	275.318
2.01.04.02	Debêntures	166.335	53.281
2.01.04.02.01	Debêntures	166.335	53.281
2.01.05	Outras Obrigações	466.207	269.647
2.01.05.02	Outros	466.207	269.647
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	263.483	67.426
2.01.05.02.04	Derivativos	0	1.912
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	169.229	134.428
2.01.05.02.08	Taxas Regulamentares	467	36.278
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência Privada	33.028	29.603
2.02	Passivo Não Circulante	2.160.610	2.125.558
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.491.529	1.392.506
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	867.985	603.613
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	318.567	265.100
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	549.418	338.513
2.02.01.02	Debêntures	623.544	788.893
2.02.01.02.01	Debêntures	623.544	788.893
2.02.02	Outras Obrigações	464.933	522.255
2.02.02.02	Outros	464.933	522.255
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência Privada	282.970	391.044
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro Setorial	101.228	98.519
2.02.02.02.07	Debitos fiscais diferidos	68.886	0
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	11.849	32.692
2.02.03	Tributos Diferidos	157.883	156.198
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	157.883	156.198

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.02.04	Provisões	46.265	54.599
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	46.265	54.599
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	3.571	2.720
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	22.860	31.846
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	16.556	16.800
2.02.04.01.05	Outros	3.278	3.233
2.03	Patrimônio Líquido	722.388	564.024
2.03.01	Capital Social Realizado	253.909	249.321
2.03.02	Reservas de Capital	42.141	46.729
2.03.04	Reservas de Lucros	384.563	580.620
2.03.04.01	Reserva Legal	28.067	28.067
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	196.057
2.03.04.11	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	356.496	356.496
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	263.856	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-222.081	-312.646

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.093.627	3.153.785	1.108.673	3.223.653
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-899.616	-2.591.284	-907.820	-2.656.344
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-759.853	-2.193.551	-777.433	-2.234.650
3.02.02	Custo de Operação - Amortização	-25.035	-74.358	-23.836	-71.590
3.02.03	Custo com Operação - Outros	-50.257	-151.156	-49.209	-150.984
3.02.04	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-64.471	-172.219	-57.342	-199.120
3.03	Resultado Bruto	194.011	562.501	200.853	567.309
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-58.726	-195.648	-72.010	-228.928
3.04.01	Despesas com Vendas	-26.830	-96.209	-38.223	-122.764
3.04.01.01	Amortização	-248	-547	-143	-446
3.04.01.02	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-6.403	-35.140	-17.340	-58.036
3.04.01.03	Outras despesas com vendas	-20.179	-60.522	-20.740	-64.282
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-30.224	-90.495	-29.085	-88.586
3.04.02.01	Amortização	-3.851	-12.306	-4.435	-10.369
3.04.02.02	Outras despesas gerais e administrativas	-26.373	-78.189	-24.650	-78.217
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.672	-8.944	-4.702	-17.578
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-1.672	-8.944	-4.702	-17.578
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	135.285	366.853	128.843	338.381
3.06	Resultado Financeiro	-2.362	44.258	-5.077	-27.673
3.06.01	Receitas Financeiras	19.026	110.406	27.675	79.301
3.06.02	Despesas Financeiras	-21.388	-66.148	-32.752	-106.974
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	132.923	411.111	123.766	310.708
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-47.612	-147.255	-46.985	-115.088
3.08.01	Corrente	-17.243	-17.729	-2.509	-99.517
3.08.02	Diferido	-30.369	-129.526	-44.476	-15.571
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	85.311	263.856	76.781	195.620
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	85.311	263.856	76.781	195.620
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00161	0,00497	0,00145	0,00368

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	85.311	263.856	76.781	195.620
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-7.001	90.565	-623	-78
4.02.01	Ganhos (perdas) atuariais	0	84.126	0	0
4.02.02	Risco de Crédito na Marcação a Mercado de passivos financeiros	-7.001	6.439	-623	-78
4.03	Resultado Abrangente do Período	78.310	354.421	76.158	195.542

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	408.643	552.734
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	559.095	498.801
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Antes dos Tributos	411.111	310.708
6.01.01.02	Amortização	87.211	82.405
6.01.01.03	Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	9.201	7.946
6.01.01.04	Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	-17.123	6.024
6.01.01.05	Despesa (Receita) com Entidade de Previdência Privada	25.723	17.033
6.01.01.06	Perda (Ganho) na Baixa de Ativo não Circulante	7.832	16.649
6.01.01.08	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	35.140	58.036
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-150.452	53.933
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	38.589	-150.070
6.01.02.02	Tributos a Compensar	-9.070	13.533
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	1.181	18.018
6.01.02.04	Contas a Receber - CDE	17.235	-4.332
6.01.02.05	Ativo Financeiro Setorial	-4.990	149.829
6.01.02.08	Outros Ativos Operacionais	-32.268	30.786
6.01.02.09	Fornecedores	-57.369	162.027
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-31.662	-111.812
6.01.02.11	Outros Tributos e Contribuições Sociais	38.542	12.846
6.01.02.12	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-27.962	-26.123
6.01.02.13	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-57.973	-79.828
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	-35.811	17.370
6.01.02.15	Processos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas Pagos	-19.745	-66.882
6.01.02.17	Passivo Financeiro Setorial	-4.870	66.547
6.01.02.18	Contas a Pagar CDE	14.318	-9.275
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	21.403	31.299
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-63.425	-175.196
6.02.02	Adições de Ativo Contratual	-164.323	-180.621
6.02.06	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados (resgates)	100.898	5.425
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	223.652	-154.346
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	544.618	436.484
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-409.186	-658.482
6.03.03	Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	0	-37.935
6.03.06	Liquidação de Operações com Derivativos	88.220	105.587
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	568.870	223.192
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	237.019	91.770
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	805.889	314.962

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	249.321	46.729	580.620	0	-312.646	564.024
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	249.321	46.729	580.620	0	-312.646	564.024
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.588	-4.588	-196.057	0	0	-196.057
5.04.01	Aumentos de Capital	4.588	-4.588	0	0	0	0
5.04.08	Aprovação da Proposta de Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio	0	0	-196.057	0	0	-196.057
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	263.856	90.565	354.421
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	263.856	0	263.856
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	90.565	90.565
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	90.565	90.565
5.07	Saldos Finais	253.909	42.141	384.563	263.856	-222.081	722.388

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	240.144	55.905	372.634	0	-152.448	516.235
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	240.144	55.905	372.634	0	-152.448	516.235
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.176	-9.176	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	9.176	-9.176	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	195.620	-79	195.541
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	195.620	0	195.620
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-79	-79
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	-79	-79
5.07	Saldos Finais	249.320	46.729	372.634	195.620	-152.527	711.776

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
7.01	Receitas	4.895.070	5.237.739
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.758.366	5.097.086
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	171.844	198.689
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-35.140	-58.036
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.795.735	-2.871.124
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.452.791	-2.481.704
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-272.211	-311.911
7.02.04	Outros	-70.733	-77.509
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.099.335	2.366.615
7.04	Retenções	-87.548	-82.596
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-87.548	-82.596
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.011.787	2.284.019
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	114.196	83.999
7.06.02	Receitas Financeiras	114.196	83.999
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.125.983	2.368.018
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.125.983	2.368.018
7.08.01	Pessoal	132.155	123.625
7.08.01.01	Remuneração Direta	62.900	61.438
7.08.01.02	Benefícios	63.412	56.206
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.843	5.981
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.659.622	1.936.111
7.08.02.01	Federais	905.250	1.054.304
7.08.02.02	Estaduais	752.173	879.730
7.08.02.03	Municipais	2.199	2.077
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	70.350	112.662
7.08.03.01	Juros	67.487	109.111
7.08.03.02	Aluguéis	2.863	3.551
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	263.856	195.620
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	263.856	195.620

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Piratininga

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	3º Trimestre			9 meses		
	2020	2019	Variação	2020	2019	Variação
Receita operacional bruta	1.690.083	1.801.238	-6,2%	4.930.210	5.295.775	-6,9%
Fornecimento de energia elétrica (*)	1.092.503	1.274.068	-14,3%	3.350.097	4.068.593	-17,7%
Suprimento de energia elétrica	81.285	178.658	-54,5%	290.436	449.356	-35,4%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	64.366	57.131	12,7%	171.844	198.689	-13,5%
Outras receitas operacionais	298.284	283.405	5,3%	858.909	795.512	8,0%
Ativo e passivo financeiro setorial	153.645	7.977	1826,1%	258.924	(216.376)	-219,7%
Deduções da receita operacional	(596.456)	(692.566)	-13,9%	(1.776.425)	(2.072.122)	-14,3%
Receita operacional líquida	1.093.627	1.108.673	-1,4%	3.153.785	3.223.653	-2,2%
Custo com energia elétrica	(759.853)	(777.433)	-2,3%	(2.193.551)	(2.234.650)	-1,8%
Energia comprada para revenda	(607.062)	(668.080)	-9,1%	(1.849.784)	(1.920.158)	-3,7%
Encargo de uso do sist transm distrib	(152.791)	(109.353)	39,7%	(343.767)	(314.493)	9,3%
Custo e despesa operacional	(198.487)	(202.396)	-1,9%	(593.381)	(650.621)	-8,8%
Pessoal	(37.907)	(38.131)	-0,6%	(113.267)	(113.269)	0,0%
Entidade de previdência privada	(8.015)	(5.678)	41,2%	(25.723)	(17.033)	51,0%
Material	(5.759)	(5.298)	8,7%	(16.983)	(18.050)	-5,9%
Serviço de terceiros	(33.205)	(36.194)	-8,3%	(101.021)	(112.199)	-10,0%
Amortização	(29.134)	(28.414)	2,5%	(87.211)	(82.405)	5,8%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(64.366)	(57.131)	12,7%	(171.844)	(198.689)	-13,5%
Outros	(20.105)	(31.552)	-36,3%	(77.332)	(108.976)	-29,0%
Resultado do serviço	135.285	128.843	5,0%	366.853	338.381	8,4%
Resultado financeiro	(2.362)	(5.077)	-53,5%	44.258	(27.674)	-259,9%
Receitas financeiras	19.026	27.675	-31,2%	110.406	79.301	39,2%
Despesas financeiras	(21.388)	(32.752)	-34,7%	(66.148)	(106.974)	-38,2%
Resultado antes dos tributos	132.923	123.766	7,4%	411.111	310.708	32,3%
Contribuição social	(12.980)	(14.216)	-8,7%	(39.582)	(32.676)	21,1%
Imposto de renda	(34.632)	(32.769)	5,7%	(107.673)	(82.412)	30,7%
Resultado Líquido do Período	85.311	76.781	11,1%	263.856	195.620	34,9%
EBITDA	164.419	157.257	4,6%	454.064	420.786	7,9%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da Rede Elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 25)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 3º trimestre de 2020 foi de R\$ 1.690.083, apresentando redução de 6,2% (R\$ 111.155) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 1.625.717, apresentando uma redução de 6,8% (R\$ 118.390) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** redução de 14,3% (R\$ 181.565) principalmente pela (i) redução de 14,7% (R\$ 187.573) na tarifa média, decorrente principalmente da Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) negativa de 7,80% (percepção do consumidor) e aplicação da bandeira tarifária 3,04% (verde no 3º trimestre de 2020 comparada com predominantemente vermelha patamar 1 no 3º trimestre de 2019) compensado parcialmente por (ii) aumento de 0,6% (R\$ 6.008) no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada);
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** redução de 54,5% (R\$ 97.373) principalmente pela (i) redução na venda de energia comercializada no curto prazo (R\$ 74.625) em decorrência da redução na venda de energia comercializada em função da redução do preço de liquidação de diferenças (“PLD”) compensado pelo aumento no volume de energia comercializado e (ii) redução de venda de energia no MVE (Mecanismo de Venda de Excedente de energia elétrica) (R\$ 24.325);
- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 5,3% (R\$ 14.879) basicamente: (i) receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD (R\$ 41.573) em função principalmente da RTP de outubro de 2019 e aumento no volume de energia transportada, (ii) subvenções baixa renda e descontos tarifários com recursos da

Comentário do Desempenho

Conta de Desenvolvimento Energético “CDE” e subvenção Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias “CCRBT” (R\$ 3.974), (iii) arrendamentos e aluguéis (R\$ 2.337), compensado parcialmente por (iv) redução na atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 32.703) principalmente em função de ajustes em set/2019 decorrentes do RTP compensado pelo aumento da variação do indexador (IPCA);

- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** aumento de receita de R\$ 145.668, principalmente: (i) diferimento de sobrecontratação, CDE, repasse de Itaipu, rede básica e ESS/EER (R\$ 202.990), (ii) amortização dos ativos e passivos homologados (R\$ 60.974) compensado parcialmente por (iii) redução nos diferimentos de custo de energia, risco hidrológico-custo de energia, Proinfa, acordo bilateral, risco hidrológico Itaipu e neutralidade (R\$ 120.338).

➤ Quantidade de energia vendida

No 3º trimestre de 2020, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras concessionárias e permissionárias, apresentou crescimento de 0,1% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior. O desempenho no 3º trimestre foi sustentado especialmente pelo resultado positivo na classe residencial enquanto as classes comercial, industrial e poder público foram impactadas pelos reflexos da crise sanitária mundial causada pela Covid-19. As medidas de isolamento social para enfrentamento da pandemia levaram ao fechamento de comércios e de prédios públicos, além da redução da produção industrial. Com isso, houve um impacto significativo sobre o consumo de energia elétrica no período.

O consumo da classe residencial, que representa 55,3% do mercado total fornecido pela distribuidora, registrou um crescimento de 10,2% no 3º trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento reflete o efeito do incremento da quantidade de unidades consumidoras, temperaturas registradas maiores e um calendário de faturamento positivo quando comparados com o mesmo período do ano anterior.

A classe comercial, que representa 20,3% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 7,5% no 3º trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior. Além dos impactos trazidos pelo período de isolamento social e restrição de atividades, esse desempenho também reflete o efeito da movimentação de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 11,2% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 18,1% no 3º trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior. Além dos impactos trazidos pelo período de isolamento social e restrição de atividades, esse desempenho também reflete o efeito da movimentação de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público, concessionárias e permissionárias) participam com 13,3% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram queda de 5,8% no 3º trimestre de 2020 devido a resultados negativos nas classes poder público (queda de 20,4%) e serviço público (queda de 18,6% devido à migração de clientes para o mercado livre).

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve aumento de 2,5% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe apresenta crescimento nas classes residencial de 10,1% e industrial 0,5% seguido de queda na classe comercial de 3,5%. As demais classes de consumo apresentaram desempenho positivo de 0,1%.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 3º trimestre de 2020 foram de R\$ 596.456, apresentando uma redução de 13,9% (R\$ 96.110) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, principalmente em: (i) Bandeiras tarifárias (R\$ 43.964), (ii) ICMS, PIS e COFINS (R\$ 32.609) principalmente em função da redução na base de cálculo, (iii) CDE (R\$ 22.461), compensado parcialmente pelo (iv) Proinfa (R\$ 2.801).

Comentário do Desempenho

Custo com energia elétrica

No 3º trimestre de 2020 o custo com energia elétrica foi de R\$ 759.853, apresentando uma redução de 2,3% (R\$ 17.580), em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A variação é explicada:

- i. **Energia comprada para revenda:** redução de 9,1% (R\$ 61.018) basicamente em função:
(i) redução de 9,9% (R\$ 72.980) no preço médio, justificado principalmente pela redução do PLD compensado pelo aumento na energia de Itaipu em função do aumento do dólar no 3º trimestre de 2020 e aumento na tarifa a partir de jan/20, compensado por (ii) crédito de PIS e COFINS (R\$ 8.924), (iii) aumento de 0,3% (R\$ 1.832) no volume de energia comprada e (iv) redução no ressarcimento de geradoras (R\$ 1.206).
- ii. **Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição:** aumento de 39,7% (R\$ 43.438) impactado principalmente por: (i) encargos de rede básica (R\$ 30.468) em função do reajuste tarifário das Transmissoras e novos pontos de instalações de transmissões, (ii) encargo de energia de reserva (R\$ 9.698), (iii) encargos de serviço do sistema líquido do repasse da CONER (R\$ 4.411), (iv) transporte de Itaipu (R\$ 3.028), compensado parcialmente por (v) crédito de PIS e COFINS (R\$ 4.427).

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 198.487 no 3º trimestre de 2020, apresentando uma redução de 1,9% (R\$ 3.909) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 134.121, apresentando redução de 7,7% (R\$ 11.144).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 104.991 no 3º trimestre de 2020, uma redução de 10,2% (R\$ 11.862) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Entidade de previdência privada:** aumento de 41,2% (R\$ 2.337) principalmente pelos registros dos ajustes em função de laudo atuarial;
- ii. **Serviços de terceiros:** redução de 8,3% (R\$ 2.989) principalmente: (i) manutenção de hardware/software (R\$ 1.364), (ii) manutenção de linhas, redes e subestações (R\$ 603) e (iii) entrega/cobrança de fatura (R\$ 536);
- iii. **Outros:** redução de 36,3% (R\$ 11.447) principalmente provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 10.937) principalmente em função de negociações e ações de cortes e cobrança.

Amortização:

A amortização no 3º trimestre de 2020 foi de R\$ 29.134, apresentando um aumento de 2,5% (R\$ 720) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior principalmente pelas adições na base de ativos ocorridas no período.

Comentário do Desempenho

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido no 3º trimestre de 2020 apresentou uma despesa líquida de R\$ 2.362, uma redução de 53,5% (R\$ 2.715) em relação a despesa líquida apresentada no mesmo trimestre do ano anterior.

- **Receitas financeiras:** redução de 31,2% (R\$ 8.649) principalmente em ajuste ao valor justo (R\$ 9.566);
- **Despesas financeiras:** redução de 34,7% (R\$ 11.364) principalmente em (i) encargos e atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 12.192), (ii) negociação e parcelamento de débitos (R\$ 2.985), compensado parcialmente por (iii) atualização da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (R\$ 1.974) e (iv) atualização de subsídios concedidos (R\$ 961).

Contribuição social e imposto de renda

A tributação sobre o lucro relativo a contribuição social e imposto de renda apurada no 3º trimestre de 2020 foi de R\$ 47.612, apresentando aumento de 1,3% (R\$ 627) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, refletindo a variação da base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou no 3º trimestre de 2020 um lucro líquido de R\$ 85.311, com aumento de 11,1% (R\$ 8.530), em relação ao lucro apurado no mesmo trimestre do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) no 3º trimestre de 2020 foi de R\$ 164.419, apresentando aumento de 4,6% (R\$ 7.162) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/09/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	805.889	237.019
Títulos e valores mobiliários	6	-	100.105
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	694.414	766.152
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	17.759	1.300
Outros tributos a compensar	8	31.979	24.843
Derivativos	31	220.074	54.291
Ativo financeiro setorial	9	61.542	44.311
Estoques		4.318	3.918
Outros ativos	12	92.924	92.844
Total do circulante		1.928.900	1.324.782
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	18.671	20.840
Depósitos judiciais	21	201.147	199.932
Outros tributos a compensar	8	22.984	24.319
Derivativos	31	214.947	86.166
Créditos fiscais diferidos	10	-	82.240
Ativo financeiro da concessão	11	1.517.231	1.414.926
Outros ativos	12	1.013	1.448
Ativo contratual	13	136.782	108.202
Intangível	14	777.886	810.187
Total do não circulante		2.890.661	2.748.260
Total do ativo		4.819.561	4.073.042

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/09/2020	31/12/2019
Circulante			
Fornecedores	15	502.100	559.469
Empréstimos e financiamentos	16	590.739	334.332
Debêntures	17	166.335	53.281
Entidade de previdência privada	18	33.028	29.603
Taxas regulamentares	19	467	36.278
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	-	1.567
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	187.199	148.657
Dividendo e juros sobre capital próprio	23	263.483	67.426
Obrigações estimadas com pessoal		23.983	16.507
Derivativos	31	-	1.912
Outras contas a pagar	22	169.228	134.427
Total do circulante		1.936.563	1.383.459
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	867.985	603.613
Debêntures	17	623.544	788.893
Entidade de previdência privada	18	282.970	391.044
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	157.883	156.198
Débitos fiscais diferidos	10	68.886	-
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	46.265	54.598
Passivo financeiro setorial	9	101.228	98.519
Outras contas a pagar	22	11.849	32.692
Total do não circulante		2.160.610	2.125.558
Patrimônio líquido			
	23		
Capital social		253.909	249.321
Reserva de capital		42.141	46.729
Reserva legal		28.067	28.067
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		356.496	356.496
Dividendo		-	196.057
Resultado abrangente acumulado		(222.081)	(312.646)
Lucros acumulados		263.856	-
Total do patrimônio líquido		722.388	564.024
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.819.561	4.073.042

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2020		2019	
		3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita operacional líquida	25	1.093.627	3.153.785	1.108.673	3.223.653
Custo com serviços					
Custo com energia elétrica	26	(759.853)	(2.193.551)	(777.433)	(2.234.650)
Custo com operação		(75.292)	(225.514)	(73.045)	(222.574)
Amortização		(25.035)	(74.358)	(23.836)	(71.590)
Outros custos com operação	27	(50.257)	(151.156)	(49.209)	(150.984)
Custo com serviço prestado a terceiros	27	(64.471)	(172.219)	(57.342)	(199.120)
Lucro operacional bruto		194.011	562.501	200.853	567.309
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(26.830)	(96.209)	(38.223)	(122.764)
Amortização		(248)	(547)	(143)	(446)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(6.403)	(35.140)	(17.340)	(58.036)
Outras despesas com vendas	27	(20.179)	(60.522)	(20.740)	(64.282)
Despesas gerais e administrativas		(30.224)	(90.495)	(29.085)	(88.586)
Amortização		(3.851)	(12.306)	(4.435)	(10.369)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(26.373)	(78.189)	(24.650)	(78.217)
Outras despesas operacionais	27	(1.670)	(8.944)	(4.701)	(17.577)
Outras despesas operacionais		(1.670)	(8.944)	(4.701)	(17.577)
Resultado do serviço		135.285	366.853	128.843	338.381
Resultado financeiro	28				
Receitas financeiras		19.026	110.406	27.675	79.301
Despesas financeiras		(21.388)	(66.148)	(32.752)	(106.974)
		(2.362)	44.258	(5.077)	(27.674)
Lucro antes dos tributos		132.923	411.111	123.766	310.708
Contribuição social	10	(12.980)	(39.582)	(14.216)	(32.676)
Imposto de renda	10	(34.632)	(107.673)	(32.769)	(82.412)
		(47.612)	(147.255)	(46.985)	(115.088)
Lucro líquido do período		85.311	263.856	76.781	195.620
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$		1,61	4,97	1,45	3,68

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais)

	2020		2019	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro líquido do período	85.311	263.856	76.781	195.620
Outros resultados abrangentes	(7.001)	90.565	(623)	(78)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	84.126	-	-
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	(7.001)	6.438	(623)	(78)
Resultado abrangente do período	78.310	354.421	76.158	195.542

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2020
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros		Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
				Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	249.321	46.729	28.067	356.496	196.057	(312.646)	-	564.024
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	263.856	263.856
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	84.126	-	84.126
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	6.438	-	6.438
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital	4.588	(4.588)	-	-	-	-	-	-
Transações de capital com os acionistas								
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(196.057)	-	-	(196.057)
Saldos em 30 de setembro de 2020	<u>253.909</u>	<u>42.141</u>	<u>28.067</u>	<u>356.496</u>	<u>-</u>	<u>(222.081)</u>	<u>263.856</u>	<u>722.388</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2019
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros		Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
				Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	240.144	55.905	16.138	356.496	-	(152.449)	-	516.235
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	195.620	195.620
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	(78)	-	(78)
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital	9.176	(9.176)	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2019	<u>249.321</u>	<u>46.729</u>	<u>16.138</u>	<u>356.496</u>	<u>-</u>	<u>(152.527)</u>	<u>195.620</u>	<u>711.776</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ****Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019**

(Em milhares de Reais)

	30/09/2020	30/09/2019
Lucro antes dos tributos	411.111	310.708
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	87.211	82.405
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	9.201	7.946
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	35.140	58.036
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	(17.123)	6.024
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	25.723	17.033
Perda (ganho) na baixa de não circulante	7.832	16.649
	559.095	498.801
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	38.589	(150.070)
Tributos a compensar	(9.070)	13.533
Depósitos judiciais	1.181	18.018
Ativo financeiro setorial	(4.990)	149.829
Contas a receber - CDE	17.235	(4.332)
Outros ativos operacionais	(32.268)	30.786
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(57.369)	162.027
Outros tributos e contribuições sociais	38.542	12.846
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(27.962)	(26.123)
Taxas regulamentares	(35.811)	17.370
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(19.745)	(66.882)
Passivo financeiro setorial	(4.870)	66.547
Contas a pagar - CDE	14.318	(9.275)
Outros passivos operacionais	21.403	31.299
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	498.278	744.374
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(57.973)	(79.828)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(31.662)	(111.812)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	408.643	552.734
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	100.898	5.425
Adições de ativo contratual	(164.323)	(180.621)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(63.425)	(175.196)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	544.618	436.484
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(409.186)	(658.482)
Liquidação de operações com derivativos	88.220	105.587
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	-	(37.935)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	223.652	(154.346)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	568.870	223.192
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	237.019	91.770
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	805.889	314.962

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ****Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019**

(Em milhares de Reais)

	9 meses de 2020	9 meses de 2019
1 - Receita	4.895.070	5.237.739
1.1 Receita de venda de energia e serviços	4.758.366	5.097.086
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	171.844	198.689
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(35.140)	(58.036)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.795.735)	(2.871.124)
2.1 Custo com energia elétrica	(2.452.791)	(2.481.704)
2.2 Material	(115.785)	(129.268)
2.3 Serviços de terceiros	(156.426)	(182.643)
2.4 Outros	(70.734)	(77.509)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	2.099.335	2.366.615
4 - Retenções	(87.548)	(82.596)
4.1 Amortização	(87.548)	(82.596)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	2.011.787	2.284.019
6 - Valor adicionado recebido em transferência	114.196	83.999
6.1 Receitas financeiras	114.196	83.999
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	2.125.983	2.368.018
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	132.155	123.624
8.1.1 Remuneração direta	62.900	61.438
8.1.2 Benefícios	63.412	56.206
8.1.3 F.G.T.S	5.843	5.981
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.659.622	1.936.111
8.2.1 Federais	905.250	1.054.304
8.2.2 Estaduais	752.173	879.730
8.2.3 Municipais	2.199	2.077
8.3 Remuneração de capital de terceiros	70.350	112.662
8.3.1 Juros	67.487	109.111
8.3.2 Aluguéis	2.863	3.551
8.4 Remuneração de capital próprio	263.856	195.620
8.4.1 Lucros retidos	263.856	195.620
	2.125.983	2.368.018

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,8 milhão de consumidores. Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí.

1.1 Capital Circulante Líquido Negativo:

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 7.663 (R\$ 58.677 em 31 de dezembro 2019). A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

1.2 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constantes estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de *home office*, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário, sem que haja até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e

Notas Explicativas

financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;

- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;
- Monitoramento da inadimplência, especialmente sob a luz da suspensão inicial por 90 dias, contados a partir de 25 de março de 2020, e da sua prorrogação até 31 de julho de 2020, dos cortes por inadimplência para determinados consumidores (residenciais e serviços considerados essenciais, conforme regra específica estabelecida pela ANEEL), assim como os efeitos da retomada da política de cortes após 01 de agosto de 2020.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL adotaram algumas medidas durante o período:

- Isenção aos consumidores de baixa renda com consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) do pagamento da conta de energia elétrica, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020.
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de Covid 19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

A Conta COVID destina-se a receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas, total ou parcialmente, às concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, referentes: i) aos efeitos da sobrecontratação de abril a dezembro de 2020; ii) à constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA entre a data de homologação do último processo tarifário e dezembro de 2020; iii) à neutralidade dos encargos setoriais de abril a dezembro de 2020; iv) à postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data, enquanto perdurarem os efeitos da postergação; v) saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e vi) antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”.

A disponibilidade de tais recursos (exceto para o item “iv” apresentado acima) é limitada aos efeitos da pandemia estimados pela ANEEL para cada distribuidora, sendo: i) redução de faturamento e de arrecadação, até dezembro de 2020, decorrentes dos efeitos do estado de calamidade pública; e ii) valores estimados de diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A.

A CCEE contratou a operação de crédito para aportar recursos à Conta COVID e está efetuando o repasse às distribuidoras até janeiro de 2021, conforme a necessidade declarada por elas individualmente, limitada aos valores homologados pela ANEEL. O pagamento dos recursos provenientes da operação de crédito se dará por meio de encargo, denominado CDE COVID, a ser homologado pela ANEEL e cobrado dos consumidores a partir dos processos tarifários de 2021 durante o tempo necessário para a quitação da referida operação.

Em julho de 2020 a Companhia declarou sua necessidade por meio de protocolo digital juntamente com o Termo de Aceitação constante do Anexo I da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, considerando os itens “i” a “iii” citados acima em valor máximo equivalente à soma das reduções de faturamento e de arrecadação decorrente dos efeitos da calamidade pública, até dezembro de 2020, estimados pela ANEEL e constantes do Anexo II da mesma Resolução. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia não possuía valores a receber da conta COVID, já que os valores foram homologados pela

Notas Explicativas

ANEEL e o repasse pela CCEE foi efetuado em parcela única, no mês de julho, conforme o cronograma apresentado pela Companhia, no montante de R\$ 249.064.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seu negócio, assim como as atualizações regulatórias efetuadas no período, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia concluiu que os principais efeitos nas suas informações contábeis intermediárias estão na Parcela A, na Parcela B e PDD.

O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo do exercício de 2020 dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social e das medidas de flexibilização implantadas pelo governo. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

Reequilíbrio Econômico Financeiro

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia causada pelo surto do Coronavírus (COVID 19), a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreu impactos extraordinários e imediatos, tais como, queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia, devem ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 ("CP35/2020") no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição energia elétrica, não tendo sido concluído até o fechamento da presente demonstração contábil intermediária.

Considerando os impactos relacionados à queda da receita em função da retração do mercado consumidor e à redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência, a serem percebidos ao menos entre abril e dezembro de 2020, a Companhia permanece avaliando a forma de eventual pleito de recomposição para tais impactos, bem como acompanha, em paralelo, as discussões sobre a definição dessa regulação específica a ser estabelecida pela ANEEL após a citada Consulta Pública. Os eventuais impactos serão mensurados conforme o andamento da consulta pública e concluídos após a definição da metodologia pela ANEEL.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Notas Explicativas

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 09 de novembro de 2020.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada; e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 10 – Débitos e créditos fiscais diferidos: reconhecimento de ativos em função de disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão: premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos (nota 31);
- Nota 12 – Outros ativos: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;
- Nota 13 – Ativo contratual: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 14 – Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 17 – Debêntures: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 18 – Entidade de previdência privada: principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos;
- Nota 21 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota 31 – Instrumentos Financeiros – derivativos: principais premissas para determinação do valor justo.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

2.6 Segmentos operacionais

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Exceto para as alterações divulgadas abaixo as informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas 3.1 a 3.14, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O reflexo das mudanças nas políticas contábeis também são esperadas nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Natureza e efeito das mudanças: instrumentos financeiros – passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento e podem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado ou pelo custo amortizado. Para as dívidas contratadas a partir do primeiro trimestre de 2020, devido à características na época das contratações, a Companhia reconheceu os ganhos ou as perdas decorrentes dos empréstimos em moeda estrangeira mensurados a valor justo (incluindo os efeitos das alterações no risco de crédito) no resultado (nota 16).

Novas normas e interpretações vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
CPC 48: Instr. Financeiros CPC 40: Instr. Financeiros – Evidenciação CPC 38: Instr. Financeiros – Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	1º de janeiro de 2020
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.	Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	1º de janeiro de 2020
CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	1º de janeiro de 2020

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas

Notas Explicativas

notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Intangível e ativo contratual:

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador (ANEEL). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldos bancários	21.851	54.736
Aplicações financeiras	<u>784.039</u>	<u>182.283</u>
Títulos de crédito privado (a)	774.058	182.283
Fundos de investimento (b)	9.980	-
Total	<u>805.889</u>	<u>237.019</u>

(a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 773.839 (R\$ 87.874 em 31 de dezembro de 2019) e (ii) operações compromissadas em debêntures no montante R\$ 219 (R\$ 94.409 em 31 de dezembro de 2019), ambas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 99,36% do CDI (79,88% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

(b) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 81,72% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

Notas Explicativas**(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Títulos e valores mobiliários	30/09/2020	31/12/2019
Aplicação direta	-	100.105
Total	-	100.105

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimentos, cuja remuneração é equivalente, à média de 100% do SELIC.

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/09/2020	31/12/2019
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	137.575	92.314	18.531	248.420	264.525
Industrial	20.899	12.786	29.093	62.778	76.189
Comercial	38.810	10.007	5.710	54.526	74.177
Rural	2.127	1.155	204	3.487	3.652
Poder público	7.471	532	103	8.107	12.761
Iluminação pública	9.489	71	181	9.741	10.297
Serviço público	13.603	53	2.810	16.466	16.783
Faturado	229.974	116.918	56.632	403.525	458.384
Não faturado	236.545	-	-	236.545	213.103
Parcelamento de débito de consumidores	42.019	5.939	7.217	55.175	49.850
Operações realizadas na CCEE	73.314	-	-	73.314	117.115
Concessionárias e permissionárias	2.511	-	-	2.511	12.233
	584.363	122.857	63.849	771.070	850.685
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(76.654)	(84.534)
Total				694.414	766.152
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	10.463	-	-	10.463	12.632
Operações realizadas na CCEE	8.208	-	-	8.208	8.208
Total	18.671	-	-	18.671	20.840

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 31.f.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2019	(84.534)	(2.822)	(87.356)
Provisão revertida (constituída) líquida	(64.965)	178	(64.787)
Recuperação de receita	29.647	-	29.647
Baixa de contas a receber provisionadas	43.198	-	43.198
Saldo em 30/09/2020	(76.654)	(2.644)	(79.298)

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

Notas Explicativas**(8) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Circulante</u>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	3.487	-
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	9.873	378
Imposto de renda e contribuição social a compensar	4.399	922
Imposto de renda e contribuição social a compensar	<u>17.759</u>	<u>1.300</u>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	10.214	4.517
ICMS a compensar	16.529	16.371
Programa de integração social - PIS	977	714
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.208	3.191
Outros	50	49
Outros tributos a compensar	<u>31.979</u>	<u>24.843</u>
Total circulante	<u><u>49.738</u></u>	<u><u>26.143</u></u>
<u>Não circulante</u>		
ICMS a compensar	22.984	24.319
Outros tributos a compensar	<u>22.984</u>	<u>24.319</u>
Total não circulante	<u><u>22.984</u></u>	<u><u>24.319</u></u>

Notas Explicativas

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2019			Receita operacional (nota 25)		Resultado financeiro (nota 28)	Recebimento	Saldo em 30/09/2020		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Conta COVID	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	10.269	71.878	82.146	316.209	(59.808)	1.931	(249.064)	76.500	14.918	91.415
CVA (*)										
CDE (**)	(59.562)	26.629	(32.933)	99.236	(24.872)	656	(635)	39.322	2.130	41.451
Custos energia elétrica	38.981	(13.689)	25.291	(222.995)	15.075	(1.335)	28.078	(158.049)	2.163	(155.886)
ESS e EER (***)	(32.157)	(75.247)	(107.404)	(61.642)	66.146	(2.144)	94.614	(237)	(10.193)	(10.430)
Proinfa	-	13.999	13.999	(16.400)	(12.511)	33	9.205	(7.373)	1.698	(5.675)
Rede básica	18.951	(1.350)	17.601	38.192	1.262	385	(21.351)	36.215	(126)	36.089
Repasse de Itaipu	93.481	143.096	236.577	224.334	(125.188)	4.837	(245.713)	74.397	20.450	94.847
Transporte de Itaipu	2.510	5.152	7.662	6.978	(4.530)	142	(4.610)	4.945	697	5.642
Neutralidade dos encargos setoriais	(5.857)	(3.376)	(9.233)	37.177	3.136	1	-	31.322	(240)	31.081
Sobrecontratação	(46.078)	(23.336)	(69.414)	211.330	21.674	(642)	(108.652)	55.958	(1.661)	54.296
Outros componentes financeiros	(13.160)	(123.195)	(136.355)	(20.823)	23.345	2.731	-	(31.251)	(99.851)	(131.102)
Total	(2.891)	(51.317)	(54.208)	295.387	(36.463)	4.663	(249.064)	45.249	(84.933)	(39.686)
Ativo circulante			44.311							61.542
Passivo não circulante			(98.519)							(101.228)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 9 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Recebimento Conta COVID

Neste trimestre, a Companhia recebeu da conta Covid o montante de R\$ 249.064 correspondente ao valor líquido entre ativos e passivos financeiros setoriais, relativos às competências de abril a junho de 2020. Esse recebimento representa o montante declarado e homologado pela ANEEL.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

Notas Explicativas**(10) DÉBITOS E CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS****10.1 Composição dos débitos e créditos fiscais:**

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	8.368	9.145
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(27.983)</u>	<u>11.110</u>
Subtotal	(19.615)	20.255
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	28.720	31.385
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(77.992)</u>	<u>30.600</u>
Subtotal	(49.272)	61.985
Total	<u>(68.886)</u>	<u>82.240</u>
Total crédito fiscal	-	82.240
Total débito fiscal	(68.886)	-

10.2 Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3%.

10.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	<u>30/09/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	3.914	10.871	4.738	13.162
Entidade de previdência privada	5.596	15.544	3.983	11.064
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.137	19.825	7.862	21.839
Provisão energia livre	2.161	6.002	2.113	5.868
Programas de P&D e eficiência energética	6.028	16.744	6.474	17.982
Provisão relacionada a pessoal	639	1.774	923	2.565
Derivativos	(36.602)	(101.671)	(9.386)	(26.073)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(886)	(2.462)	(969)	(2.691)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(40.329)	(112.024)	(38.047)	(105.686)
Perdas atuariais	3.541	9.835	3.541	9.835
Marcação a Mercado - Derivativos	(2.222)	(6.171)	(2.941)	(8.171)
Marcação a Mercado - Dívidas	(1.069)	(2.969)	3.012	8.366
Outros	116	60	96	6
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	26.389	73.305	31.228	86.748
Marcação a Mercado - Derivativos	(329)	(913)	(141)	(392)
Marcação a Mercado - Dívidas	(2.067)	(5.742)	(1.376)	(3.824)
Total	<u>(27.983)</u>	<u>(77.992)</u>	<u>11.110</u>	<u>30.600</u>

Notas Explicativas**10.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019:**

	CSLL			
	2020		2019	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro antes dos tributos	132.923	411.111	123.766	310.708
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	-	(464)	(798)	(1.413)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	6.243	18.200	6.994	23.889
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	335	1.780	758	2.641
Base de cálculo	139.501	430.627	130.720	335.825
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(12.555)	(38.756)	(11.765)	(30.224)
Provisão para riscos fiscais	(425)	(826)	(2.452)	(2.452)
Total	(12.980)	(39.582)	(14.216)	(32.676)
Corrente	(5.015)	(5.430)	(2.488)	(28.689)
Diferido	(7.965)	(34.152)	(11.728)	(3.987)

	IRPJ			
	2020		2019	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro antes dos tributos	132.923	411.111	123.766	310.708
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	-	(464)	(798)	(1.413)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	6.243	18.200	6.994	23.889
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(639)	1.845	1.114	(3.535)
Base de cálculo	138.527	430.692	131.076	329.649
Alíquota aplicável	25%	25%	25%	25%
Total	(34.632)	(107.673)	(32.769)	(82.412)
Corrente	(12.228)	(12.299)	(21)	(70.828)
Diferido	(22.404)	(95.374)	(32.748)	(11.584)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2019	1.414.926
Transferência - ativo contratual	78.927
Transferência - intangível em serviço	(243)
Ajuste ao valor justo	26.686
Baixas	(3.065)
Saldo em 30/09/2020	1.517.231

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR") é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 25) no resultado do período.

No período de nove meses de 2020, o valor das baixas de R\$ 3.065 (R\$ 2.496 no período de nove meses de 2019) refere-se à baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 1.335 (R\$ 1.754 no período de nove meses de 2019) e à baixa do ativo de R\$ 1.730 (R\$ 742 no período de nove meses de 2019).

Notas Explicativas**(12) OUTROS ATIVOS**

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Adiantamentos - Fundação CESP	807	2.036	678	678
Adiantamentos - fornecedores	795	869	-	-
Ordens em curso	32.251	22.933	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.829	1.931	-	-
Despesas antecipadas	11.117	11.378	335	770
Contas a receber - CDE	14.001	31.235	-	-
Adiantamentos a funcionários	6.245	3.717	-	-
Arrendamentos e aluguéis de postes	9.064	6.501	-	-
Faturas diversas	1.912	2.169	-	-
Outros	17.547	12.897	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(2.644)	(2.822)	-	-
Total	92.924	92.844	1.013	1.448

Contas a receber – CDE: refere-se às (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 2.758 (R\$ 2.461 em 31 de dezembro de 2019) e (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 11.243 (R\$ 28.774 em 31 de dezembro de 2019).

(13) ATIVO CONTRATUAL

A movimentação abaixo refere-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

Saldo em 31/12/2019	108.202
Adições	166.400
Transferência - intangível em serviço	(58.893)
Transferência - ativo financeiro	(78.927)
Saldo em 30/09/2020	136.782

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(14) INTANGÍVEL

A movimentação abaixo refere-se ao Intangível de Direito de concessão, infraestrutura de distribuição em serviço:

Saldo em 31/12/2019	810.187
Custo histórico	2.205.722
Amortização acumulada	(1.395.535)
Amortização	(87.548)
Transferência - ativo contratual	58.893
Transferência - ativo financeiro	243
Baixa e transferência - outros ativos	(3.888)
Saldo em 30/09/2020	777.886
Custo histórico	2.238.635
Amortização acumulada	(1.460.749)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

Notas Explicativas**(15) FORNECEDORES**

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Encargos de serviço do sistema	591	396
Suprimento de energia elétrica	349.856	405.920
Encargos de uso da rede elétrica	58.125	45.686
Materiais e serviços	48.750	63.685
Energia livre	44.779	43.782
Total	<u>502.100</u>	<u>559.469</u>

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 30/09/2020
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	41.978	-	(41.907)	889	-	(960)	-
Pós Fixado							
TJLP	28.769	-	(28.677)	1.048	-	(1.140)	-
IPCA	236.899	127.000	(14.571)	15.042	-	(9.738)	354.633
Selic	22.127	-	(22.486)	669	-	(311)	-
Total ao custo	<u>329.774</u>	<u>127.000</u>	<u>(107.641)</u>	<u>17.648</u>	<u>-</u>	<u>(12.149)</u>	<u>354.633</u>
Gastos com captação (*)	<u>(5.659)</u>	<u>(2.142)</u>	<u>-</u>	<u>1.063</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.738)</u>
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	511.890	-	(262.130)	10.622	156.327	(9.191)	407.518
Euro	106.083	419.760	-	2.889	225.825	(2.747)	751.810
Marcação a mercado	(4.143)	-	-	(44.357)	-	-	(48.500)
Total ao valor justo	<u>613.830</u>	<u>419.760</u>	<u>(262.130)</u>	<u>(30.846)</u>	<u>382.152</u>	<u>(11.938)</u>	<u>1.110.828</u>
Total	<u>937.945</u>	<u>544.618</u>	<u>(369.771)</u>	<u>(12.135)</u>	<u>382.152</u>	<u>(24.087)</u>	<u>1.458.724</u>
Circulante	<u>334.332</u>						<u>590.739</u>
Não Circulante	<u>603.613</u>						<u>867.985</u>

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Notas Explicativas

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	30/09/2020	31/12/2019	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional					
Pré fixado					
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 6% (a)	-	41.978	2013 a 2020	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
		-	41.978		
Pós fixado					
TJLP					
FINEM	TJLP + de 2,06% a 3,08% (b)	-	28.769	2014 a 2020	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
		-	28.769		
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,80% (b)	354.633	236.899	2020 a 2028	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
		354.633	236.899		
SELIC					
FINEM	SELIC + 2,62% a 2,66% (c)	-	22.127	2016 a 2020	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
		-	22.127		
Total ao custo		354.633	329.774		
Gastos com captação (*)		(6.738)	(5.659)		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,95% a 1,41%	150.928	288.374	2019 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 1,96% a 3,27%	256.590	223.516	2020 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		407.518	511.890		
Euro					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + 0,70% a 0,78%	751.810	106.083	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(48.500)	(4.143)		
Total ao valor justo		1.110.828	613.830		
Total		1.458.724	937.945		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva:

(a) De 30% a 70% do CDI (b) De 60% a 110% do CDI (c) De 100% a 130% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48, classifica suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, para as captações realizadas anteriormente a 1º de janeiro de 2020, que é registrado em outros resultados abrangentes. Para as captações realizadas a partir de 1º de janeiro de 2020, toda a variação do valor justo destes passivos financeiros está registrada no resultado do período, uma vez que, ao fazê-lo elimina-se ou reduz o descasamento contábil no resultado.

Em 30 de setembro de 2020, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 48.500 (R\$ 4.143 em 31 de dezembro 2019), que compensado com as perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 5.899 (ganhos não realizados de R\$ 906 em 31 de dezembro de 2019), contratados para proteção da variação cambial (nota 31.b), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 42.601 (R\$ 5.049 em 31 de dezembro de 2019).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Notas Explicativas

Ano de vencimento

A partir de 01/10/2021	6.226
2022	28.368
2023	32.152
2024	35.935
2025	632.041
2026 a 2028	179.952
Subtotal	914.674
Marcação a mercado	(46.688)
Total	867.985

Adições no período:

Modalidade	Total aprovado	em 2020	Líquido dos gastos de captação	Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
Moeda nacional									
IPCA - BNDES	126.086	37.723	37.083	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%	-
IPCA - BNDES	298.402	89.277	87.776	Trimestral	Parcela única em junho de 2028	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%	-
Moeda Estrangeira									
Euro - Lei 4131	419.760	419.760	419.760	Trimestral	Parcela única em março de 2025	Capital de Giro	EURO + 0,70%	USD + 2,17%	CDI + 0,83%
	<u>844.248</u>	<u>546.760</u>	<u>544.618</u>						

Pré-pagamento:

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020, foram liquidados antecipadamente R\$ 71.176 de empréstimos cujos vencimentos originais eram até março de 2024.

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2020, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75 vezes;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25 vezes.

Índices exigidos na demonstração financeira da Companhia

- Dívida Líquida dividida pelo LAJIDA Ajustado menor ou igual a 3,75 vezes;
- Dívida Líquida dividida pela Dívida Líquida mais Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,9 vezes.

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de setembro de 2020, no entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

Notas Explicativas

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 30/09/2020
Mensuradas ao custo - Pós fixado					
CDI	548.025	(39.415)	12.758	(18.458)	502.910
IPCA	67.256	-	3.664	(3.491)	67.429
Total ao custo	615.281	(39.415)	16.422	(21.949)	570.339
Gastos com captação (*)	(5.821)	-	1.050	-	(4.771)
Mensuradas ao valor justo - Pós fixado					
IPCA	210.401	-	12.189	(11.937)	210.653
Marcação a mercado	22.313	-	(8.655)	-	13.658
Total ao valor justo	232.714	-	3.534	(11.937)	224.311
Total	842.174	(39.415)	21.006	(33.886)	789.879
Circulante	53.281				166.335
Não circulante	788.893				623.544

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		30/09/2020	31/12/2019	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Pós fixado						
CDI	107% a 109,5 % do CDI CDI + 0,83%	(a)	502.910	548.025	2018 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 5,2901%	(b)	67.429	67.256	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
Total ao custo			570.339	615.281		
	Gastos com captação (*)		(4.771)	(5.821)		
Mensuradas ao valor justo - Pós fixado						
IPCA	IPCA + 5,80%	(b)	210.653	210.401	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado			13.658	22.313		
Total ao valor justo			224.311	232.714		
Total			789.879	842.174		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31

Taxa efetiva a.a:

(a) De 107,84% a 110,77% do CDI / CDI + 0,89%

(b) IPCA +5,42 a 6,31%

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48, classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2020 as perdas acumuladas não realizadas obtidas na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 13.658 (R\$ 22.313 em 31 de dezembro de 2019), que compensados com os ganhos obtidos não realizados com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 34.236 (R\$ 33.347 em 31 de dezembro de 2019), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 20.578 (R\$ 11.034 em 31 de dezembro de 2019).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
2022	120.849
2023	140.122
2024	244.815
2025	104.100
Subtotal	609.886
Marcação a mercado	13.658
Total	623.544

Condições restritivas:

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da garantidora, a controladora CPFL Energia, a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos.

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 17 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de setembro de 2020, no entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 18 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

18.1 Movimentações do plano de benefício definido:

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2019	420.039
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	25.723
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(27.968)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(175.080)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	72.672
Passivo atuarial líquido em 30/09/2020	315.386
Outras contribuições	611
Total passivo	315.998
Circulante	33.028
Não circulante	282.970

Em março de 2020, em função de mudança de cenário macroeconômico no Brasil quando comparado com 31 de dezembro de 2019, especialmente relacionada aos impactos do isolamento social devido ao novo coronavírus (nota 1.2), o laudo atuarial foi atualizado para a data-base de 31 de março de 2020 e os

Notas Explicativas

respectivos saldos de passivo e outros resultados abrangentes foram ajustados refletindo em uma redução no montante de R\$ 102.408.

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<u>9 meses de 2020</u>	<u>9 meses de 2019</u>
Custo do serviço	5.804	4.086
Juros sobre obrigações atuariais	97.901	93.795
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(77.982)</u>	<u>(80.847)</u>
Total da despesa (receita)	<u>25.723</u>	<u>17.033</u>

Como decorrência da mudança do cenário macroeconômico, a estimativa de efeito para o resultado de 2020 também foi alterado (nota 1.2). A nova estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no restante do exercício de 2020, está apresentada a seguir:

	<u>Estimativa</u>
Custo do serviço	1.761
Juros sobre obrigações atuariais	32.947
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(26.693)</u>
Total da despesa (receita)	<u>8.015</u>

18.2 Premissas atuariais:

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, nas datas do laudo, foram:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	8,47% a.a.	7,43% a.a.	9,10% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	8,47% a.a.	7,43% a.a.	9,10% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,39% a.a.	6,39% a.a.	6,39% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT2000(-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light frac (-30)	Light frac (-30)	Light frac
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(19) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	365	365
Bandeiras tarifárias e outros	102	35.913
Total	<u>467</u>	<u>36.278</u>

Bandeiras tarifárias e outros: o saldo de 31 de dezembro de 2019 refere-se basicamente a bandeira tarifária faturada em novembro e dezembro de 2019 que foram homologadas pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRB") no primeiro trimestre de 2020.

Notas Explicativas**(20) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Circulante</u>		
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	1.567
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	1.567
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	109.580	112.216
Programa de integração social - PIS	12.632	4.321
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	58.461	19.993
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	6.221
Outros	6.526	5.906
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	187.199	148.657
Total Circulante	187.199	150.224
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	157.883	156.198
Imposto de renda e contribuição social a recolher	157.883	156.198
Total Não circulante	157.883	156.198

Programa de integração social – PIS e Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS: a Companhia aderiu a prorrogação de vencimento do PIS e da COFINS, para as competências março, abril e maio de 2020, conforme Portarias do Governo Federal nº 139 e 254 de 2020, as quais estão sendo recolhidas a partir de agosto de 2020.

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro para Imposto de renda a recolher. O caso em questão refere-se a Mandado de Segurança que discutia a possibilidade de exclusão da CSLL da sua própria base de cálculo, bem como, da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento.

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 21.

Notas Explicativas**(21) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	30/09/2020		31/12/2019	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	22.860	10.248	31.846	10.256
Cíveis	16.556	13.097	16.800	12.777
Fiscais				
Imposto de renda e contribuição social	-	170.024	-	168.173
Outras	3.571	7.778	2.720	8.727
	<u>3.571</u>	<u>177.802</u>	<u>2.720</u>	<u>176.900</u>
Outros	3.278	-	3.233	-
Total	<u><u>46.265</u></u>	<u><u>201.147</u></u>	<u><u>54.598</u></u>	<u><u>199.932</u></u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/09/2020
Trabalhistas	31.846	4.595	(5.241)	(10.129)	1.788	22.860
Cíveis	16.800	9.354	(1.677)	(9.604)	1.683	16.556
Fiscais	2.720	950	(178)	(13)	92	3.571
Outros	3.233	-	(27)	-	73	3.278
Total	<u><u>54.598</u></u>	<u><u>14.899</u></u>	<u><u>(7.124)</u></u>	<u><u>(19.745)</u></u>	<u><u>3.636</u></u>	<u><u>46.265</u></u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 21 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estavam assim representadas:

	30/09/2020	31/12/2019	Principais causas:
Trabalhistas	70.328	72.940	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	311.269	182.053	Ações indenizatórias, danos elétricos, revisão de contratos e ações possessórias
Fiscais	312.021	311.528	Imposto de renda e contribuição social (nota 20)
Fiscais - outros	258.618	197.152	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	3.254	452	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	<u><u>955.491</u></u>	<u><u>764.124</u></u>	

Notas Explicativas

Em relação às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. Considerando a possibilidade de decisões conflitantes, e que é competência da Suprema Corte a decisão sobre matéria constitucional, o STF deferiu a suspensão dos processos que versem sobre a divergência no âmbito da Justiça do Trabalho. Diante de tal decisão, e até que haja decisão definitiva publicada pelo STF, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente, de acordo com a Lei n.º 13.467, de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da justiça do Trabalho a partir da vigência da norma.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Consumidores e concessionárias	19.967	18.615	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	58.476	49.920	315	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	37.472	18.363	1.663	20.639
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	4.305	8.833	-	-
Fundo de reversão	1.527	1.527	8.261	9.406
Adiantamentos	2.134	1.875	64	49
Descontos tarifários - CDE	15.589	1.271	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	496	496	-	-
Folha de pagamento	1.685	3.298	-	-
Participação nos lucros	8.202	11.898	1.546	2.598
Convênios de arrecadação	15.756	14.098	-	-
Outros	3.619	4.233	-	-
Total	169.228	134.427	11.849	32.692

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00
Total	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00

23.1 - Aumento de Capital

Na AGE de 15 de junho de 2020 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 4.588, referente capitalização do benefício fiscal do ágio apurado no exercício de 2019 sem emissão de novas ações.

23.2 - Distribuição de Dividendo e Juros Sobre Capital Próprio ("JCP")

Na AGO de 15 de junho de 2020 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2019, através de (i) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 41.475 declarado em dezembro de 2019, (ii) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 32.172, e (iii) declaração do dividendo adicional proposto no montante de R\$ 196.057.

Notas Explicativas

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos na nota 23 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

(24) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados.

	2020		2019	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Numerador				
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	85.311	263.856	76.781	195.620
Denominador				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	53.096.770	53.096.770	53.096.770	53.096.770
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	1,61	4,97	1,45	3,68

Para os trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

(25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020		2019	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	657.940	1.991.905	700.319	2.264.166
Industrial	115.030	337.339	166.433	494.529
Comercial	222.575	719.035	284.551	928.197
Rural	12.131	36.287	12.862	38.478
Poderes públicos	22.427	76.194	33.687	107.105
Iluminação pública	28.394	84.060	34.015	98.837
Serviço público	28.624	84.028	39.007	126.501
Fornecimento faturado	1.087.120	3.328.848	1.270.874	4.057.812
Fornecimento não faturado (líquido)	5.383	21.249	3.194	10.781
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(499.368)	(1.522.829)	(456.505)	(1.501.344)
Fornecimento de energia elétrica	593.135	1.827.268	817.563	2.567.250
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	12.387	37.106	35.135	194.325
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(3.617)	(10.784)	(2.472)	(7.931)
Energia elétrica de curto prazo	68.898	253.330	143.523	255.031
Suprimento de energia elétrica	77.668	279.652	176.186	441.425
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	502.985	1.533.613	458.978	1.509.274
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	232.025	671.491	190.452	576.112
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	(926)	(4.089)	(833)	(5.587)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	64.366	171.844	57.131	198.689
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)	153.645	258.924	7.977	(216.376)
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)	12.600	25.351	45.303	72.509
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares	35.426	107.531	31.452	102.813
Outras receitas e rendas	19.159	58.625	17.031	49.665
Outras receitas operacionais	1.019.280	2.823.290	807.491	2.287.099
Total da receita operacional bruta	1.690.083	4.930.210	1.801.238	5.295.775
Deduções da receita operacional				
ICMS	(247.563)	(751.771)	(269.743)	(879.316)
PIS	(26.070)	(76.839)	(27.930)	(82.756)
COFINS	(120.079)	(353.928)	(128.648)	(381.178)
ISS	(26)	(76)	(23)	(74)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(177.995)	(551.889)	(200.456)	(631.678)
Programa de P & D e eficiência energética	(10.176)	(29.607)	(10.071)	(29.625)
PROINFA	(13.352)	(39.233)	(10.551)	(32.145)
Bandeiras tarifárias e outros	(98)	30.206	(44.062)	(32.107)
Outros	(1.096)	(3.288)	(1.081)	(3.243)
	(596.456)	(1.776.425)	(692.566)	(2.072.122)
Receita operacional líquida	1.093.627	3.153.785	1.108.673	3.223.653

	2020		2019	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica - em GWh				
Classe de consumidores				
Residencial	1.007	3.046	914	3.016
Industrial	204	592	249	763
Comercial	369	1.193	399	1.351
Rural	29	85	27	83
Poderes públicos	39	132	49	163
Iluminação pública	81	240	79	242
Serviço público	57	168	70	240
Fornecimento faturado	1.786	5.455	1.787	5.858
Consumo próprio	2	4	1	5
Fornecimento de energia elétrica	1.787	5.460	1.788	5.862
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	34	102	141	843
Energia elétrica de curto prazo	762	2.279	672	1.236
Suprimento de energia elétrica	796	2.381	813	2.079

Nº de consumidores	30/09/2020	30/09/2019
Classe de consumidores		
Residencial	1.706.432	1.673.486
Industrial	6.230	6.260
Comercial	82.464	82.922
Rural	7.251	7.329
Poderes públicos	8.259	8.282
Iluminação pública	2.364	2.290
Serviço público	1.279	1.232
Consumo Próprio	152	150
Total	1.814.431	1.781.951

Notas Explicativas

25.1 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Em 23 de outubro de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.627, relativo ao 5º ciclo de RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 23 de outubro de 2019, em +1,88%, sendo -5,40% referentes ao reajuste tarifário econômico e +7,28% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de -7,80% (conforme divulgado na REH), quando comparado às tarifas de aplicação definidas no RTA ocorrido em outubro de 2018. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2019 a 22 de outubro de 2020.

Em 16 de outubro de 2018, a ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de 2018 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 20,01%, sendo 8,83% relativos ao reajuste econômico e 11,18% referentes aos componentes financeiros, em relação às tarifas de base econômica definidas no último evento tarifário ordinário (RTA/2017). O efeito médio percebido pelos consumidores é de 19,25% (conforme divulgado na REH), quando comparado às tarifas de aplicação definidas no RTA ocorrido em outubro de 2017.

25.2 Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE.

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020, foi registrada receita de R\$ 107.531 (R\$ 102.813 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019), sendo (i) R\$ 18.073 (R\$ 5.934 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 81.815 (R\$ 95.291 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 7.643 (R\$ 1.455 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019) de subvenção CCRBT, e (iv) R\$ 0 (R\$ 133 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019) de desconto tarifário - liminares.

25.3 Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.664, de 17 de dezembro de 2019, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE Uso vigentes para o ano de 2020.

(26) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2020		2019	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de Itaipu Binacional	189.417	551.380	142.419	397.155
PROINFA	11.739	36.125	20.292	60.334
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	464.707	1.443.250	573.095	1.642.244
Crédito de PIS e COFINS	(58.801)	(180.971)	(67.725)	(179.576)
Subtotal	607.062	1.849.784	668.080	1.920.158
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos da rede básica	122.837	300.072	92.369	257.925
Encargos de transporte de Itaipu	17.072	43.926	14.044	39.778
Encargos de conexão	6.962	20.889	6.547	19.629
Encargos de uso do sistema de distribuição	4.162	12.009	4.317	12.783
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)	3.206	(32.989)	(1.205)	(4.884)
Encargos de energia de reserva - EER	14.126	34.898	4.428	21.318
Crédito de PIS e COFINS	(15.573)	(35.038)	(11.146)	(32.056)
Subtotal	152.791	343.767	109.353	314.493
Total	759.853	2.193.551	777.433	2.234.650

(*) Conta de energia de reserva

	2020		2019	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
<u>Energia comprada para revenda - GWh</u>				
Energia de Itaipu Binacional	519	1.539	526	1.556
PROINFA	49	138	49	139
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	2.363	7.213	2.348	7.303
Total	2.931	8.889	2.923	8.998

Notas Explicativas

(27) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	3º Trimestre											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Pessoal	24.827	24.847	-	-	5.275	5.339	7.805	7.945	-	-	37.907	38.131
Entidade de previdência privada	8.015	5.678	-	-	-	-	-	-	-	-	8.015	5.678
Material	5.225	4.716	41	76	186	133	307	373	-	-	5.759	5.298
Serviços de terceiros	12.108	13.816	65	137	11.002	11.062	10.030	11.179	-	-	33.205	36.194
Custos com construção da infraestrutura	-	-	64.366	57.131	-	-	-	-	-	-	64.366	57.131
Outros	82	152	(1)	(1)	3.717	4.206	8.233	5.154	1.670	4.701	13.702	14.212
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	3.662	4.157	-	-	-	-	3.662	4.157
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	924	1.013	-	-	924	1.013
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	445	672	-	-	445	672
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	5.313	1.503	-	-	5.313	1.503
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	95	133	-	-	95	133
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	1.309	4.364	1.309	4.364
Outros	82	152	(1)	(1)	55	49	1.456	1.833	362	337	1.954	2.370
Total	50.257	49.209	64.471	57.342	20.179	20.740	26.373	24.650	1.670	4.701	162.950	156.642

	9 meses											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Pessoal	73.768	74.904	-	-	15.183	16.604	24.316	21.761	-	-	113.267	113.269
Entidade de previdência privada	25.723	17.033	-	-	-	-	-	-	-	-	25.723	17.033
Material	15.464	16.797	144	171	341	411	1.034	671	-	-	16.983	18.050
Serviços de terceiros	35.964	42.140	232	262	33.545	34.826	31.280	34.971	-	-	101.021	112.199
Custos com construção da infraestrutura	-	-	171.844	198.689	-	-	-	-	-	-	171.844	198.689
Outros	237	111	(2)	(3)	11.453	12.441	21.560	20.814	8.944	17.577	42.192	50.940
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	11.264	12.211	-	-	-	-	11.264	12.211
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	2.809	3.551	-	-	2.809	3.551
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.413	1.655	-	-	1.413	1.655
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	12.260	9.824	-	-	12.260	9.824
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	819	398	-	-	819	398
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	7.832	16.649	7.832	16.649
Outros	237	111	(2)	(3)	189	230	4.259	5.386	1.112	928	5.795	6.652
Total	151.156	150.984	172.219	199.120	60.522	64.282	78.189	78.217	8.944	17.577	471.030	510.180

Notas Explicativas**(28) RESULTADO FINANCEIRO**

	2020		2019	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	4.076	11.112	3.840	9.266
Acréscimos e multas moratórias	11.944	36.650	15.078	43.124
Atualização de créditos fiscais	1.682	3.266	928	928
Atualização de depósitos judiciais	539	2.395	1.652	5.359
Atualizações monetárias e cambiais	(3.116)	50.060	3.524	8.875
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	478	1.944	345	3.189
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	3.155	4.663	2.607	9.297
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.452)	(3.789)	(1.619)	(4.698)
Outros	1.721	4.105	1.320	3.959
Total	19.026	110.406	27.675	79.301
Despesas				
Encargos de dívidas	(17.044)	(54.274)	(25.714)	(79.390)
Atualizações monetárias e cambiais	(1.469)	(4.920)	(2.485)	(22.075)
(-) Juros capitalizados	617	1.739	598	2.474
Outros	(3.492)	(8.694)	(5.151)	(7.983)
Total	(21.388)	(66.148)	(32.752)	(106.974)
Resultado financeiro	(2.362)	44.258	(5.077)	(27.674)

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 382.612 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 (R\$ 67.495 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019) (nota 31.b).

(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 29 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 4.309 (R\$ 4.037 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019). Este valor é composto por R\$ 4.158 (R\$ 3.878 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 151 (R\$ 159 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019) de outros benefícios pós-emprego de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia:

Empresas	Passivo		Despesa/custo	
	30/09/2020	31/12/2019	9 meses de 2020	9 meses de 2019
Encargos - Rede básica				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	223	35.083	23.766

Notas Explicativas**Transações envolvendo entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto da CPFL Energia S.A.:**

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019	9 meses de 2020	9 meses de 2019	9 meses de 2020	9 meses de 2019
Alocação de despesas entre empresas								
Companhia Paulista de Força e Luz	1.223	1.129	986	931	-	-	(1.442)	(1.862)
Companhia Jaguarí de Energia	447	424	112	69	-	-	(2.967)	(3.005)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	1.522	1.406	117	135	-	-	(12.292)	(11.871)
CPFL Geração de Energia S.A.	-	3	-	1	-	-	-	-
CPFL Energia S.A.	53	52	-	-	-	-	(457)	(420)
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	-	-	(17)	(28)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	1	-	1	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	1	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	1	11	-	-	-	-	-	(1)
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	4	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	739	731
CPFL Renováveis - Consolidado	46	-	-	-	116	110	-	10
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	2	5	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	263.483	67.426	-	-	-	-
Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviço								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	136	-	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	167	139	145	-	-	-	-
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	1	1	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (*)	559	3.745	5.444	6.624	-	-	15.820	18.363
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	778	757	-	-	6.052	6.511
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda.	-	-	305	287	-	-	2.666	7.362
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	13	-	-	-	47	2	-	-
CPFL Telecom S.A.	2	2	-	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	1	3	210	-	-	-	4.034	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	143	-	-	-	5.138
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	195	154	-	-	1.579	-
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	151	149	-	-	1.385	-
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda. (*)	-	-	180	194	-	-	1.416	-
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	1.718	-	-	11	22.992	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	18	18	134	2.880	-	-	11.853	12.635
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	6.228	6.432	-	-	56.836	54.803
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	3	3	-	-	28	27
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	2.525	2.784	-	-	17.261	26.690
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	97	102	-	-	775	703
Campos Novos Energia S.A.	-	-	22.110	22.110	-	-	99.315	96.591
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	5.239	5.413	-	-	47.846	46.118
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	13.068	13.451	-	-	117.138	112.876
CPFL Renováveis - Consolidado	72	72	1.610	1.625	-	-	13.956	12.487
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	26	27
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	30	24
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	1	-	-	-	-	-	-
Outras operações financeiras								
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	-	-	(2)	(1)
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	819	398

(*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como Ativo contratual da Companhia (o montante de R\$ 31.394 no período de nove meses de 2020 (R\$ 54.369 em 31 de dezembro de 2019), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(30) GESTÃO DE RISCOS

As informações sobre a estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota 31 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	30/09/2020	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	805.889	805.889
Derivativos	31	(a)	Nível 2	435.021	435.021
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	1.517.231	1.517.231
Total				2.758.141	2.758.141
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	347.895	347.895
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	1.110.828	1.110.828
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	565.568	556.633
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	224.311	224.311
Total				2.248.602	2.239.667

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho R\$ 53.012 nos nove meses de 2020 (perda de R\$ 34.954 nos nove meses de 2019).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1).

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias a pagar, (iv) FNDCT/EPE/PROCEL, (v) convênios de arrecadação, (vi) fundo de reversão, (vii) descontos tarifários – CDE, e (viii) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no período de nove meses de 2020 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$ 26.686 (R\$ 74.263 no

Notas Explicativas

período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 11.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de setembro de 2020 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Empréstimos bancários - Lei 4.131	164.970	164.970	162.067	2.903	US\$ + (Libor 3 meses + 0,95%) ou (3,28%)	105,62% a 116% do CDI	mai/19 a mai/21	244.450
Empréstimos bancários - Lei 4.131	222.775	222.775	231.578	(8.803)	Euro + de 0,70% a 0,78%	105,1% do CDI ou CDI + 0,83%	mai/21 a mar/25	519.760
	<u>387.745</u>	<u>387.745</u>	<u>393.645</u>	<u>(5.899)</u>				
Hedge variação índice de preços								
Debêntures	47.275	47.275	13.039	34.236	IPCA + 5,80%	104,3% do CDI	ago/24 a ago/25	197.000
Total	<u>435.021</u>	<u>435.021</u>	<u>406.684</u>	<u>28.337</u>				
Circulante	220.074							
Não circulante	214.947							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Derivativos	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado			
	Saldo em 31/12/2019	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 30/09/2020
Para dívidas designadas a valor justo	104.293	390.611	(88.220)	406.684
Marcação a mercado (*)	34.253	(5.916)	-	28.337
Total	<u>138.545</u>	<u>384.695</u>	<u>(88.220)</u>	<u>435.021</u>

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2020 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Notas Explicativas

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado				Ganho (Perda) no resultado abrangente			
	2020		2019		2020		2019	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Varição de taxas de juros	4.075	7.488	538	4.318	-	-	-	-
Marcação a mercado	(3.535)	(1.201)	4.775	18.994	(1.335)	2.091	173	760
Varição cambial	74.635	383.123	40.000	28.748	-	-	-	-
Marcação a mercado	(1.918)	(6.798)	986	15.434	-	(8)	-	-
Total	73.256	382.612	46.299	67.495	(1.335)	2.083	173	760

c) Ativos financeiros da concessão

Em função da Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de setembro de 2020 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(407.369)		(4.521)	98.452	201.424
Derivativos - swap plain vanilla	411.648		4.568	(99.486)	(203.540)
	4.279	baixa dolar	47	(1.034)	(2.116)
Instrumentos financeiros passivos	(703.460)		(13.424)	165.797	345.018
Derivativos - swap plain vanilla	757.094		14.448	(178.438)	(371.323)
	53.634	baixa euro	1.024	(12.641)	(26.305)
Total	57.913		1.071	(13.675)	(28.421)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			57	(981)	(2.019)
Efeitos no resultado do período			1.014	(12.694)	(26.402)

(a) A taxa de cambio considerada em 30.09.2020 foi de R\$ 5,64 para o dólar e R\$ 6,61 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,70 e R\$ 6,74 e a depreciação cambial de 1,11% e 1,91%, do dólar e do euro respectivamente em 30.09.2020.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro

Notas Explicativas

e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de setembro de 2020 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		Elevação/Redução de índice em 50% de índice em 50% (b)
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	
Instrumentos financeiros ativos	784.039				22.580	28.225	33.870
Instrumentos financeiros passivos	(502.910)				(14.484)	(18.105)	(21.726)
Derivativos - swap plain vanilla	(976.903)				(28.135)	(35.169)	(42.202)
	(695.774)	alta CDI	3,56%	2,88%	(20.039)	(25.049)	(30.058)
Instrumentos financeiros passivos	(646.373)				(26.954)	(20.215)	(13.477)
Derivativos - swap plain vanilla	243.183				10.141	7.606	5.070
Ativo financeiro da concessão	1.517.231				63.269	47.451	31.634
	1.114.041	baixa IPCA	3,14%	4,17%	46.456	34.842	23.227
Ativos e passivos financeiros setoriais	(39.686)				(1.143)	(1.429)	(1.714)
	(39.686)	alta SELIC	3,56%	2,88%	(1.143)	(1.429)	(1.714)
Total	378.581				25.274	8.364	(8.545)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					892	721	551
Efeitos no resultado do período					24.382	7.643	(9.096)

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos meses. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora efetuado o cálculo considerando os saldos vencidos conforme o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios (*aging*), divididos pela receita e descontados do fator de eficiência de corte de energia. Os parâmetros regulatórios são classificados como segue:

Classe de consumo	Aging
Residencial	90
Comercial e outras receitas	180
Industrial, rural, poder público em geral	360

Notas Explicativas

Após apuração do valor conforme o critério regulatório acima apresentado, o mesmo foi dividido pela receita total faturada da competência relacionada ao *aging* de cada classe de consumo e então deduzido o percentual de eficiência média dos cortes de energia. O percentual de eficiência foi calculado baseando-se em dados históricos da Companhia, e mostra que há um ganho de eficiência no recebimento dos valores em atraso quando existe a possibilidade de corte de energia, o que, por determinações regulatórias, foram proibidos até 31 de julho de 2020.

Para o 3º trimestre de 2020, considerando o retorno dos cortes, a Companhia revisou o critério do componente de eficiência de corte no cálculo da PDD e reavaliou a estimativa utilizada no 2º trimestre de 2020.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (*Probability of Default - PD*), Exposição na Inadimplência (*Exposure at Default - EAD*) e Perda Dada a Inadimplência (*Loss Given Default - LGD*).

Importante mencionar que a Companhia permanece acompanhando os desdobramentos da atual crise em seus resultados, buscando avaliar a metodologia que reflita tempestivamente a perda esperada.

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e exercício de 2019 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 31). A Administração não identificou para os nove meses de 2020 e exercício de 2019 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

Notas Explicativas

(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía um valor de R\$ 1.739 (R\$ 2.474 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 28).

(33) FATOS RELEVANTES E EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de outubro de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória ("REH") nº 2.792, relativo ao resultado do Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2020, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 23 de outubro de 2020, em +18,31%, sendo +15,76% referentes ao reajuste tarifário econômico e +2,55% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de +9,82%, tendo em vista a retirada dos componentes financeiros do ano anterior da base tarifária.

Em 27 de agosto de 2020 a ANEEL publicou o Despacho nº 2.508/2020-SGT-SRM/ANEEL com interpretações diferentes da regulação vigente no que se refere ao exercício do máximo esforço, por parte das distribuidoras, para o reconhecimento, ou não, de suas sobras involuntárias, para os anos de 2016 e 2017, ou seja, foi utilizado um novo critério de avaliação estabelecido pela Nota Técnica nº 97, contudo essa legislação não estava vigente nestes períodos. Como esse despacho ainda se encontra em discussão na esfera administrativa, uma vez que a ANEEL não avaliou o mérito do Recurso Administrativo desta distribuidora, não efetuamos nenhum registro contábil até o momento da aprovação destas informações contábeis intermediárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da

Companhia Piratininga de Força e Luz

Campinas – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Piratininga de Força e Luz (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 09 de novembro de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP-027612/F

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2020;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2020.

Campinas, 9 de novembro de 2020.

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

CPF: 081.496.848-16

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

CPF: 061.539.517-16

Sergio Luis Felice

Diretor de Contabilidade

CT CRC: 1SP192.767/O-6

CPF: 119.410.838-54

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2020;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2020.

Campinas, 9 de novembro de 2020.

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

CPF: 081.496.848-16

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

CPF: 061.539.517-16

Sergio Luis Felice

Diretor de Contabilidade

CT CRC: 1SP192.767/O-6

CPF: 119.410.838-54